

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>23</b>
-------------------------	-----------

## **CAPÍTULO 1**

<b>DIREITO À PRIVACIDADE E DIREITO À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO MODELO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO</b> .....	<b>25</b>
---	-----------

1.1. O MODELO CONSTITUCIONAL DEMOCRÁTICO VIGENTE .....	25
1.1.1. O estado neoconstitucional e os direitos fundamentais . . .	25
1.1.2. A eficácia dos direitos fundamentais .....	33
1.2. DIREITO À PRIVACIDADE NO BRASIL .....	37
1.2.1. Evolução constitucional do Direito à privacidade .....	37
1.2.2. O Direito à privacidade no ordenamento brasileiro . . . . .	42
1.3. PROTEÇÃO DE DADOS NO DIREITO BRASILEIRO .....	48
1.3.1. A utilização dos dados pelas autoridades públicas, sobretudo para fins de segurança e controle da criminalidade . . .	50
1.3.2. A utilização dos dados pelo mercado para fins econômicos .....	52
1.3.3. Lei de proteção de dados pessoais brasileira: Lei n. 13.709/2018 .....	55

## **CAPÍTULO 2**

<b>O DIREITO DE PROTEÇÃO DE DADOS NO MODELO EUROPEU</b> .....	<b>61</b>
---	-----------

2.1. A PROTEÇÃO DOS DADOS COMO DIREITO FUNDAMENTAL AUTÔNOMO .....	61
2.2. REGULAMENTO 2016/679 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO DA UE .....	66
2.3. MÉTODOS DE COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE PROTEÇÃO DE DADOS E UTILIZAÇÃO DOS METADADOS A PARTIR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA: UMA LEITURA A PARTIR DOS CASOS <i>DIGITAL IRELAND</i> E <i>SEITLINGER</i> (C-293/12 E C-594/12) E <i>TELE2 SVERIGE AB/POST-POCH TELESTYRELSEN E SECRETARY OF STATE FOR HOME DEPARTMENT/ TOM WATSON E O.</i> (C-203/15 E C-698/15) .....	78

2.3.1. Casos <i>Digital Ireland</i> (C-293/12) e <i>Seitlinger</i> (C-594/12) ...	79
2.3.2. Casos <i>Tele2 Sverige Ab/Post-Och Telestyrelsen</i> (c-203/15) e <i>Secretary of State for Home Department/Tom Watson E O.</i> (c-698/15) .....	84

### **CAPÍTULO 3**

#### **PROTEÇÃO DE DADOS COMO DIREITO FUNDAMENTAL AUTÔNOMO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO ..... 93**

3.1. BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS IMPLÍCITOS.....	93
3.2. AUTONOMIA DO DIREITO À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS .....	101
3.2.1. Decorrência dos direitos explícitos .....	101
3.2.1.1. Direito à livre iniciativa .....	104
3.2.1.2. Direito à privacidade .....	107
3.2.1.3. Direito à democracia .....	111
3.2.1.4. Direito à igualdade material e a dignidade humana .....	113
3.2.2. Interseção possível, porém, não necessária.....	115
3.3. CONSEQUÊNCIAS DA AUTONOMIA DO DIREITO À PROTEÇÃO DE DADOS (EFEITOS JURÍDICOS).....	117
3.3.1. A tutela da proteção de dados em face de invasões por indivíduos (pessoas físicas) .....	118
3.3.2. A tutela da proteção de dados em face das empresas de tecnologia e telecomunicações.....	121
3.3.3. A tutela da proteção de dados em face do estado.....	123

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 127**

#### **REFERÊNCIA DAS FONTES CITADAS..... 133**